

40º Encontro Anual da Anpocs

ST21 Partidos e sistemas partidários

A migração partidária e a criação de “novos” partidos: os casos do PSOL e do PSD

Breno Alexandre Pires Fernandes Alves (UFJF)

INTRODUÇÃO

A Emenda Constitucional nº 25 de maio de 1985 suprimiu o instituto da fidelidade partidária. Após esse fato o sistema partidário brasileiro começou a ser caracterizado pela recorrente migração de parlamentares entre legendas (CARNEIRO, 2003).

Considerando as peculiaridades de nosso sistema político e os impactos negativos da disseminada cultura de migração partidária sobre o sistema partidário brasileiro e a representatividade do Poder Legislativo, meu objetivo é comparar o processo de criação de dois partidos, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e o Partido Social Democrático (PSD). Constatamos que a criação desses partidos motivaram movimentos de migrações partidárias de cunho bastante diferentes. O primeiro foi pensado para abrigar políticos que foram expulsos do Partido dos Trabalhadores (PT) que se encontrava à frente do Executivo federal e não se viam representados por qualquer legenda de esquerda que havia; já o segundo foi forjado a partir da saída de alguns políticos do partido Democratas (DEM), sobretudo Gilberto Kassab, assim políticos com um histórico de oposição ao governo petista puderam se aproximar do Governo Federal e, com isso, se aproximar dos benefícios que essa proximidade proporciona. Assim podemos considerar que as motivações para a criação desses partidos foram de caráter ideológico/programático e pragmática respectivamente.

O objetivo principal do trabalho é comparar o contexto de criação dos partidos citados, as motivações de seus líderes e a migração de parlamentares (perfil e trajetória), bem como seu desempenho nas eleições realizadas posteriormente. A opção pela comparação entre os casos do PSOL e PSD se deu pelo antagonismo entre a ideologia dos partidos e pelas motivações que estes partidos tiveram para serem criados. No caso do PSOL teríamos, em um primeiro momento, um caso de criação de um novo partido e migrações partidárias em função de diferenças programáticas e ideológicas. Já no caso do PSD trata-se de um típico processo orientado pragmaticamente, que consiste em parlamentares, antes situados na oposição, migrarem para um partido que na sua criação se posicionava no centro ideológico e atuava de forma independente do governo, mas que alguns anos depois passou a fazer parte da base do governo Dilma, concluindo assim o

movimento no sentido de se aproximarem do governo em busca de maior acesso a recursos.

Para compreender as motivações que levaram à criação e, posteriormente, à migração para o PSOL e o PSD, se faz necessário um levantamento de informações sobre a trajetória dos criadores e primeiros membros desses dois partidos. No caso do PSOL as trajetórias dos dissidentes do PT, como Heloisa Helena, Luciana Genro, Ivan Valente, Chico Alencar, Randolfe Rodrigues entre outros. Já no caso do PSD me limitarei aos primeiros 39 deputados federais que migraram de diversos partidos, sobretudo do DEM. Algumas perguntas servirão para orientar a análise da trajetória destes políticos como: de que partidos os integrantes do PSOL e PSD vieram? Qual idade e em que mandato estavam no período das migrações? Esses parlamentares já possuíam histórico de migração entre legendas? Ocupavam cargos dentro do antigo partido? Passaram a ocupar cargos relevantes no novo partido? Ocupavam cargos de liderança na Câmara e passaram a ocupar algum cargo posteriormente à inserção no novo partido? Após a migração passaram a apoiar o governo ou foram para oposição?

Analisar o desempenho eleitoral dos partidos nas eleições posteriores a sua criação também será importante. No caso do PSOL que foi criado em 2005, seu desempenho será analisado nas eleições de 2006, 2008, 2010, 2012 e 2014. Já no caso do PSD que foi criado em 2011, somente as eleições municipais de 2012 e a eleição nacional de 2014 serão contempladas na análise.

Em suma, o trabalho consiste em um estudo comparativo que abarca o período compreendido entre 2005, quando o primeiro partido estudado (PSOL) conseguiu seu registro definitivo junto ao TSE até a atualidade. Com esse trabalho pretendo não apenas contribuir para a compreensão dos casos analisados, mas, também, para a compreensão da própria lógica de funcionamento do sistema partidário brasileiro que, ao combinar incentivos em diferentes direções, abre espaço para várias estratégias, por vezes, opostas.

CARACTERISTICAS HISTORICAS DO SISTEMA POLITICO BRASILEIRO

Nos estudos sobre o sistema partidário brasileiro é comum encontrarmos abordagens que destacam a fragilidade do nosso sistema partidário, considerado pouco consolidado, insuficiente para construir identidade entre eleitores e partidos, importante

componente do sistema democrático, e para canalizar as demandas dos cidadãos (DALTON et al, 2003). Sartori (1982) afirma que todo sistema precisa de um grau mínimo de estruturação, e Mainwaring (2001) analisando a relação entre cidadãos e os partidos, a partir das taxas de volatilidade dos eleitores, considera o caso do Brasil como um exemplo de país com instituições partidárias pouco desenvolvidas.

O surgimento tardio da democracia brasileira, somado com as sucessivas rupturas de regimes, trouxe como resultado uma dinâmica política caracterizada pela dificuldade da identificação partidária por parte dos eleitores e pelas relações políticas de caráter altamente personalistas, com potencial para comprometer o bom funcionamento dos partidos na arena eleitoral. Essas características foram fundamentais para dificultar a constituição de um sistema partidário que possuía conexão com a população, inserindo-a no processo decisório. Esta seria fundamental para qualquer sistema político porque, como afirma Dalton et al (2003, p.316): “O partidarismo, ou os sentimentos de identificação partidária, proporciona um quadro de referência para a avaliação e interpretação da informação política; o partidarismo orienta a tomada de decisões políticas e estimula o envolvimento do público com as instituições e processos da democracia representativa.”

O fato é que desde o século XIX, o Brasil viveu uma série de descontinuidades de regimes, proporcionadas por golpes e ditaduras (como o período pós 1964 em que o Regime Militar rompeu com a estrutura partidária vigente e impôs um bipartidarismo em torno de ARENA e MDB), que conseqüentemente resultaram em muitas alterações em seu sistema partidário. Dessa forma os partidos que possuíam capacidade de porventura criarem vínculos mais estreitos com a sociedade, não tiveram tempo hábil para tal. Enquanto em alguns países da Europa os partidos de massa imperavam dentro do que Bernard Manin (1995) chamou de “democracia de partido”, as experiências partidárias brasileiras pouco se aproximaram das características européias. Podemos considerar que nosso processo de nacionalização partidária se deu de forma incompleta, com apenas PMDB e PT conseguindo se fazer presente na maioria dos estados da federação.

Com a redemocratização, na década de 80, surgiu no Brasil uma esperança sobre o futuro de nosso sistema partidário. Existia uma forte expectativa de que nossos partidos se tornariam mais fortes, ao passo que eleições livres, periódicas e competitivas ocorressem em sequência. Esses fatores são indispensáveis para a criação de laços entre

partidos e eleitores, sobretudo no caso do Brasil – e na grande maioria das democracias consolidadas – no qual os partidos são os atores que conduzem os candidatos na disputa eleitoral (Melo, 2007). Existem indícios de “institucionalização” e da “consolidação” do nosso sistema, sobretudo desde 1989. Contudo, ao lado destes indícios, há outros, tão significativos quanto, que apontam na direção oposta¹.

Ao lado da história do nosso sistema partidário, também é importante destacar a combinação institucional brasileira. O presidencialismo combinado com um Congresso bicameral – que adota um sistema de representação majoritário no Senado e proporcional na Câmara dos Deputados – dentro de uma estrutura federativa também impõe dificuldades ao sistema partidário brasileiro na medida em que dispersa poder, multiplica os pontos de veto e aumenta as exigências de coordenação partidária horizontal e vertical. Esse quadro institucional gera incentivos múltiplos e, por vezes, contraditórios. Assim, desde 1994 vemos uma espécie de bipartidarismo nas eleições presidenciais, com PSDB e PT disputando o Executivo Federal², ao passo que no legislativo é possível notar uma crescente fragmentação, tanto no âmbito da disputa quanto na constituição do parlamento, sobretudo no nível nacional. Segundo Carreirão (2014), a disputa presidencial não estrutura o sistema partidário tão fortemente como parte da literatura argumenta daí a descontinuidade observada entre a eleição para o Executivo e para o Legislativo.

O multipartidarismo, característico de ambos os períodos democráticos que vivemos e que, segundo Abranches (1988), é equivalente à complexidade e heterogeneidade do Brasil, também é merecedor de destaque em nosso arranjo político. A lista aberta apresentada pelos partidos nas eleições proporcionais também é relevante para essa questão, pois ela contribui para uma disputa cada vez mais personalizada. E para tornar a imagem dos partidos para os eleitores ainda mais opaca, as coligações nas

¹Para mais informações sobre esse debate ver CARREIRAO, Yan de Souza. *O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente*. Rev. Bras. Ciênc. Polít., Brasília, n. 14, p. 255-295, ago. 2014.

² Na disputa presidencial é possível notar, em alguma medida, certa identificação partidária em torno dos partidos PSDB e PT. Ver BRAGA, Maria do Socorro Sousa, & Pimentel Jr, Jairo. *Os partidos políticos brasileiros realmente não importam?* Opinião Pública, 17(2), 271-303, 2011.

eleições não são apenas permitidas como adotadas de maneira generalizada, contribuindo mais ainda para falta de identificação entre partido e eleitor, principalmente se considerarmos que as coligações ocorrem de forma diferente nos diversos níveis da federação.

Em contrapartida a esse quadro de fragilidade partidária, pós-constituição de 88, os partidos foram dotados de diversos recursos fundamentais para estruturar o jogo político no Congresso, conferindo a eles posição privilegiada como base para sustentação dos governos. Esse é o argumento central de Figueiredo e Limongi (1995, 1996, 1998 e 2002), o aumento do poder de agenda do chefe do Executivo e a centralização do processo legislativo nas mãos dos líderes partidários fizeram com que os partidos se tornassem estruturadores dos trabalhos dentro da Câmara, reduzindo os incentivos para o comportamento individualista e particularista e recompensando o comportamento disciplinado das bancadas partidárias.

Portanto, na arena eleitoral, os partidos são frágeis e seu papel fica em segundo plano com o foco maior sobre a figura do candidato. Contudo, uma vez eleito, o parlamentar julga mais racional agir em consonância com seu partido, o que o proporciona maior poder de barganha frente ao Executivo, ao passo que individualmente esse poder de barganha é reduzido. Outro aspecto que desmotiva as atitudes individualistas, segundo Figueiredo e Limongi (2002), remete ao processo orçamentário, no qual emendas de caráter individual são preteridas em favor das emendas orçamentárias coletivas. Essas formas de controle são suficientes para que os partidos atuem de maneira disciplinada e as coalizões sejam capazes de sustentar governos³.

Apesar da capacidade dos partidos de disciplinarem suas bancadas, a migração partidária se apresenta como um fenômeno intenso e persistente dentro do legislativo brasileiro. Segundo Melo (2000, p.29) “os mesmos elementos responsáveis pela maior disciplina dos partidos em plenário possuem uma cota de responsabilidade na notável instabilidade das bancadas partidárias”. Tanto a votação com o líder e a busca por um

³ No segundo mandato de Dilma, com Eduardo Cunha na posição de presidente da Câmara dos Deputados, essa dinâmica descrita pelos autores sofreu modificações. Apesar do PMDB fazer parte da base aliada do Governo Federal (sendo o vice-presidente da República filiado a esse partido), alguns deputados, liderados por Eduardo Cunha, fizeram oposição ao Governo Dilma.

melhor posicionamento perante a estrutura de poder da Câmara devem ser consideradas como estratégias racionais de sobrevivência política, que revelam uma conduta adequada às regras do jogo, fazendo com que comportamentos paradoxais possam coexistir.

Além das características inerentes às regras e às relações de poder dentro do Congresso Nacional, devemos considerar também as peculiaridades do sistema eleitoral brasileiro que contribuem muito para a falta de vínculos entre políticos e seus respectivos partidos, fator relevante para a migração partidária. Segundo Melo, “a ampla oferta de siglas no mercado eleitoral permite que, mesmo levando em conta as afinidades ideológicas, candidatos competitivos encontrem as portas abertas em um expressivo número de partidos em cada estado” (2007, p. 25). E em cada estado as possibilidades de escolha são diferentes já que o grau de organização e a força dos partidos variam muito nas diferentes unidades da federação. Além disso, os políticos podem escolher o partido pelo qual desejam concorrer com base em vários fatores, entre eles, “na projeção individual da votação, na avaliação sobre as perspectivas de cada sigla e no conhecimento do grau de concorrência interna a enfrentar em cada uma das opções disponíveis” (2007, p. 25).

Ainda de acordo com o autor (2007), por mais que sejam registradas migrações partidárias motivadas por divergências ideológicas ou programáticas, as mudanças de partido por essas motivações sempre constituíram uma pequena parcela do montante das migrações. Majoritariamente, as migrações são motivadas pela busca por legendas capazes de proporcionar mais acesso a recursos distributivos e/ou oportunidades eleitorais melhores. Observa-se, também, uma concentração das migrações no primeiro e no terceiro ano do mandato, que são épocas em que o político tem a necessidade de fazer escolhas de forte impacto sobre sua carreira.

Outra tendência é a migração na direção da base do governo, para se aproximar dos recursos e adquirir certa responsabilidade sobre as ações governamentais. Um presidente com bons índices de popularidade também atrai muitos parlamentares para sua coalizão. Assim, não é apenas a ausência de uma coibição mais efetiva que motivaria as migrações partidárias, mas o ganho a ser obtido com a mudança também deve ser considerado como um fator que explica esse fenômeno (DINIZ, 2000).

As migrações, além de contribuírem para diminuir a inteligibilidade de nosso sistema político que tem muitos partidos e coligações que operam de maneira distinta dentro de cada um dos níveis da federação, afetam a representatividade do sistema político. No Brasil o sistema de lista aberta faz com que, na grande maioria dos casos, a escolha do eleitorado recaia sobre a figura personalista do candidato e não do partido. Assim a migração de um parlamentar para outro partido pouco alteraria a vontade do eleitor. Todavia, se abordarmos o problema não mais sobre a visão do eleitor e sim em função do resultado das eleições, quando os votos são traduzidos em cadeiras no parlamento, podemos notar um afastamento entre *sistema partidário parlamentar* e *sistema partidário eleitoral* (MELO, 2007; CARNEIRO, 2003).

Dentro deste contexto, estratégias racionais de curto prazo, sobretudo no momento eleitoral, são amplamente adotadas por políticos das mais diversas legendas. Para os deputados, a migração entre partidos sempre foi uma estratégia dotada de baixos custos, principalmente se o vínculo entre político e partido for bem fluido e seu eleitorado não apresentar identidade com a sigla. Apesar da exigência de um ano de filiação partidária para efeito de elegibilidade⁴, o parlamentar, uma vez eleito, se via livre para alterar sua filiação partidária ao longo do mandato, sem nenhum tipo de constrangimento institucional.

Contudo, a Resolução-TSE nº 22.610 de 25/10/2007 alterada pela Resolução-TSE nº 22.733 de 11/03/2008 que prevê a perda do cargo eletivo por mudança de partido sem justa causa criou a expectativa de que esse quadro de migrações danosas ao sistema político brasileiro pudesse se transformar. De acordo com essa Resolução, o partido político que tenha interesse, pode pedir na Justiça Eleitoral a perda de cargo eletivo em decorrência da desfiliação partidária sem justa causa. É compreendido como justa causa, conforme o § 1º do art. 1º da Resolução-TSE nº 22.610/2007, a incorporação ou fusão do partido, a mudança substancial ou o desvio reiterado do programa partidário, grave discriminação pessoal e por ultimo, o ponto que mais interessa nesta análise: a criação de um novo partido.

⁴ De acordo com as alterações que a Reforma Eleitoral 2015 (Lei nº 13.165/2015) promoveu na Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997): “o candidato que quiser concorrer deverá estar com a filiação partidária deferida pela legenda no mínimo seis meses antes da data da eleição”, essa regra passa a valer a partir das eleições municipais de 2016. Ver: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2015/Outubro/reforma-eleitoral-2015-prazo-para-filiacao-partidaria-termina-seis-meses-antes-das-eleicoes>.

Após essa normatização do TSE é possível notar que o volume de migrações entre os partidos diminuiu, por outro lado a criação de novos partidos aumentou. De 2005 (ano em que o PSOL conseguiu seu registro definitivo junto ao TSE) até hoje foram criados 11 partidos novos⁵ dos 35 com registro no TSE. Neste trabalho o foco recairá sobre dois casos que consideramos representativos, emblemáticos e opostos no que se refere às motivações que orientam a criação de novos partidos e a migração partidária. Dois casos diferentes que tem origem dentro do mesmo sistema partidário, sob as mesmas regras, e que, por essa razão, nos ajudam a compreender a própria lógica da operação do sistema.

CONTEXTOS DE CRIAÇÃO PSOL E PSD

Sobre o processo de criação desses dois partidos (PSOL e PSD) vale destacar que ocorreram sobre o mesmo sistema político brasileiro, contudo as semelhanças param por aí. As motivações dos atores que promoveram esses processos foram muito diferentes, pois a criação do PSOL foi motivada por uma descontinuidade de pensamento entre alguns políticos e seu partido antigo, o Partido dos Trabalhadores (PT) (motivação ideológica/programática). Já a criação do PSD foi orientada pela busca por recursos provenientes do governo federal, tendo em vista que este partido é majoritariamente constituído por políticos que abandonaram seus partidos que faziam oposição ao PT para se aproximarem do Governo Federal e integrar a coalizão encabeçada pelo PT (motivação pragmática).

Além disso, a criação dos partidos ocorreu em momentos distintos. O PSOL obteve seu registro definitivo junto ao TSE em 2005, antes da resolução que regulamenta a fidelidade partidária (nº 22.610 de 25/10/2007), ao passo que o PSD, de 2011, foi criado em um contexto posterior a essa resolução. Como já abordado anteriormente, a migração partidária passa a ser permitida somente quando houver justa causa, sendo um dos motivos para justa causa a criação de um novo partido.

Sustentamos a hipótese de que a criação do PSOL e do PSD representam casos extremos e emblemáticos no que se refere às motivações que explicam a origem de novos partidos no Brasil contemporâneo. O PSOL foi criado após a ascensão do PT ao Palácio

⁵ PSOL, PRB, PR (PL+PRONA), PSD, PPL, PEN, SD, PROS, REDE, NOVO, PMB.(colocar o ano)

do Planalto com o Presidente Lula. Alguns políticos e militantes do PT estavam descontentes com os rumos do governo. Por ocasião da votação do projeto da Reforma da Previdência do setor público, projeto muito combatido pelo PT enquanto oposição ao governo Fernando Henrique Cardoso, a então senadora Heloísa Helena e os então deputados federais Luciana Genro, Babá e João Fontes foram expulsos do PT por não agirem conforme as orientações do partido. Segundo as informações contidas no site do PSOL, por não existir nenhuma legenda de esquerda com a qual tais políticos se identificassem eles optaram por fundar um novo partido⁶. Pouco tempo depois de sua criação, outros políticos descontentes com o PT ingressaram no PSOL, entre eles os deputados federais Ivan Valente e Chico Alencar. Essa movimentação se deu no sentido de abandonar o governo federal e constituir um novo partido situado fora da base aliada, configurando assim uma mudança de cunho ideológico e programático, pouco comum até então, já que as migrações, em sua grande maioria, tendiam a ser para partidos que integravam a coalizão de governo.

Podemos considerar o contexto de criação do PSD como oposto ao do PSOL, pois o partido foi concebido, em sua maioria, por políticos dissidentes do Democratas (DEM) e de outros partidos de direita ou de centro, que faziam oposição ao governo federal, na maioria dos casos. Liderados por Gilberto Kassab, ex-prefeito de São Paulo eleito pelo DEM⁷ e pelo vice-governador do estado de São Paulo Guilherme Afif Domingos, alguns políticos como a ex-senadora pelo Tocantins Kátia Abreu⁸, deixaram seus partidos e filiaram-se ao PSD. A criação deste partido e a migração de outros parlamentares que ocorreu posteriormente foram, em sua maioria, no sentido oposição-governo, configurando assim um quadro de migração partidária e criação de partido por razões pragmáticas no sentido de maximização do acesso a recursos controlados pelo Executivo.

Se o PSOL declaradamente nasce para ocupar um espaço à esquerda do espectro ideológico e fazer oposição ao governo federal, o PSD não possui esse tipo de pretensão. Em reportagem que trata da cronologia da criação do PSD o jornal Folha de São Paulo

⁶ Disponível em: <http://www.psol50.org.br/partido/historia/>, acessado em: 11/11/2015.

⁷ Primeiro Presidente Nacional do PSD, se tornou Ministro das Cidades no segundo mandato do governo Dilma Rousseff e entregou o cargo no dia 15/04/2016, atualmente é Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do governo Michel Temer.

⁸ Em 2013 migrou para o PMDB e foi Ministra da Agricultura de Dilma Rousseff.

atribui a Gilberto Kassab a seguinte frase “não será de direita, não será de esquerda nem de centro”⁹, também em reportagem da Folha de São Paulo Kassab diz que o PSD fará “oposição responsável” ao governo Dilma¹⁰. Em entrevista ao site da revista Veja, Guilherme Afif Domingos (responsável por redigir o documento que contém as idéias do PSD) diz que o PSD irá disputar as eleições municipais de 2012 aliados ao PSDB¹¹. Também segundo reportagem da Folha de São Paulo Dilma se reuniu com membros do PSD¹² (que ainda não havia sido oficializado), um desses integrantes da reunião era Índio da Costa, que concorreu nas eleições presidenciais como vice de José Serra (candidato derrotado por Dilma), nesta ocasião Índio afirmou que “não compartilhamos a idéia de fazer oposição por oposição” e Kassab disse que o partido “nasceu bem”, pois fez a “primeira visita a quem deveria fazer, a presidente da República” e deixou o encontro afirmando que foi uma “visita a nossa presidenta Dilma Rousseff, presidenta de todos os brasileiros”. Esses trechos de reportagens servem para ilustrar o que está claro nos princípios e valores do PSD¹³, este partido não fará “oposição pela oposição”, seus adversários não são inimigos, mas cidadãos com os quais deve haver diálogo. O fato de Gilberto Kassab, um dos líderes do PSD, ter feito parte do ministério do governo Dilma e agora compor o grupo de ministros de Michel Temer também é um indicador de que o PSD está disposto a dialogar com todos os grupos políticos.

PERFIL E TRAJETORIA DOS “PRIMEIROS MEMBROS”

Esta seção tem como objetivo traçar o perfil dos “primeiros membros” dos partidos PSOL e PSD. No caso do PSOL considereirei como os primeiros membros os fundadores e os que migraram em um segundo momento após a criação do partido. Já no caso do PSD considereirei os 39 deputados federais que foram eleitos para a 54ª legislatura (2011-2015), estes foram eleitos e tomaram posse em 2011 enquanto eram filados a

⁹ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2011/09/979539-veja-a-cronologia-da-criacao-do-psd-de-gilberto-kassab.shtml>, acessado em: 08/09/2016.

¹⁰ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2011/03/891779-kassab-diz-que-psd-fara-oposicao-responsavel-a-dilma.shtml>, acessado em: 08/09/2016.

¹¹ Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/afif-vamos-disputar-2012-aliados-ao-psdb/>, acessado em: 08/09/2016.

¹² Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2011/08/961583-dilma-tem-encontro-com-mais-de-60-lideres-do-psd-de-kassab.shtml>, acessado em: 08/09/2016.

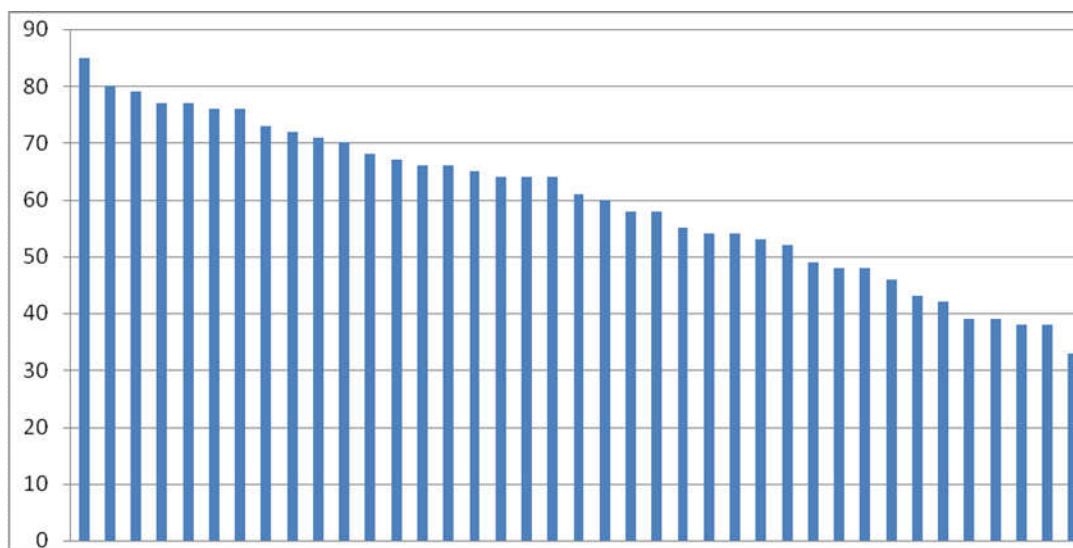
¹³ Disponível em: <http://psd.org.br/principios-e-valores/>, acessado em: 08/09/2016

diversos partidos, mas que no primeiro ano desta legislatura migraram para o PSD. É evidente a importância de outros políticos para o surgimento e manutenção do PSD, como por exemplo, Gilberto Kassab, Guilherme Afif Domingos e Katia Abreu, mas esta análise mais profunda ficara como agenda para pesquisas futuras.

A primeira variável aqui observada é o sexo. Enquanto entre os doze “primeiros membros” do PSOL quatro são mulheres (Heloisa Helena, Luciana Genro, Maninha e Brice Bragato), no PSD dos 39 deputados que constituem o grupo que eu denominei de “primeiros membros” há apenas uma mulher.¹⁴ Quanto a média de idade desses “primeiros membros” a diferença é pequena entre os dois partidos, a média de idade do PSOL é de 58,4 anos, enquanto do PSD é de 59,6 anos. O gráfico 1 mostra as idades dos “primeiros membros” do PSD e o gráfico 2 a idade dos “primeiros membros do PSOL”.

Gráfico 1

Idade dos “primeiros membros” do PSD

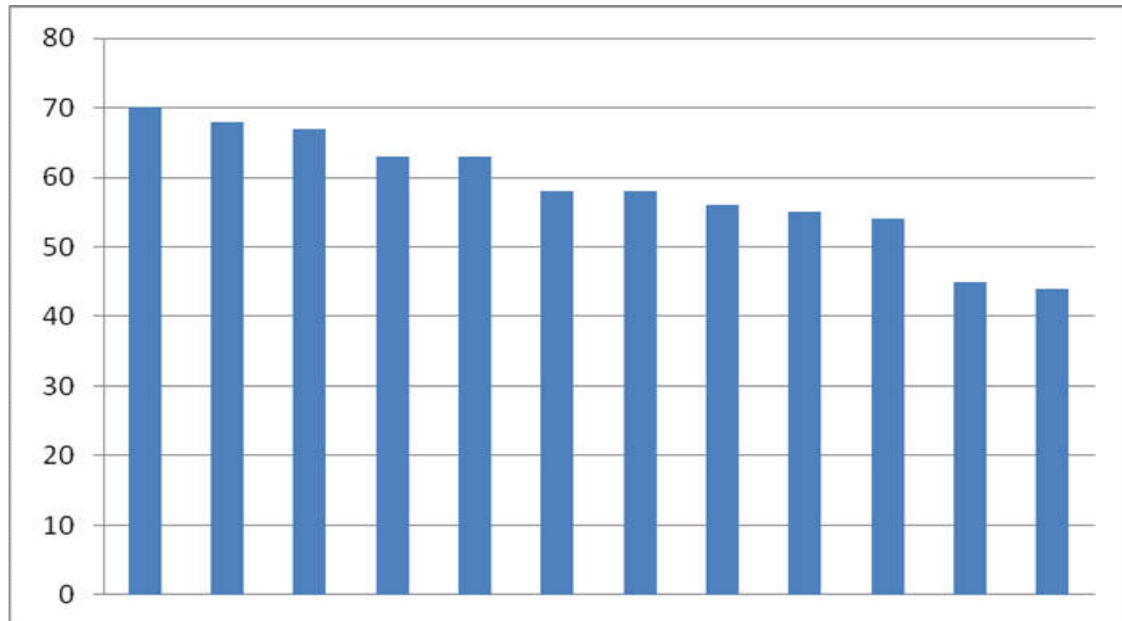


Fonte: Elaboração própria. A partir de dados extraídos do portal da Câmara dos Deputados.

¹⁴ A ex-senadora Kátia Abreu foi uma das primeiras pessoas a migrarem para o PSD, mas nesta análise ela se encaixa no grupo dos “primeiros membros”.

Grafico 2

Idade dos “primeiros membros” do PSOL

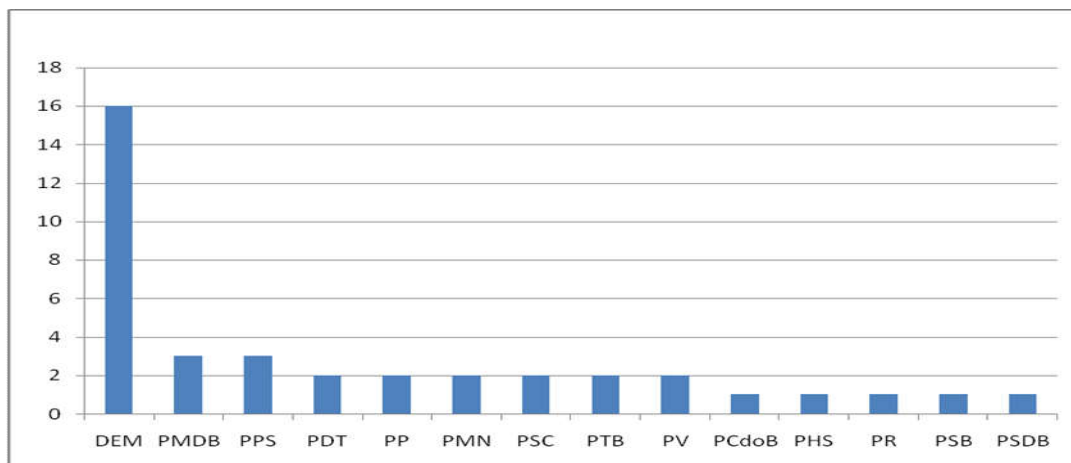


Fonte: Elaboração própria. A partir de dados extraídos do portal da Câmara dos Deputados.

Quanto ao partido de origem destes “primeiros membros”, no caso do PSOL todos eram filiados ao PT antes de migrarem, já no caso do PSD, os “primeiros membros” são oriundos de diversos partidos. O gráfico 3 ilustra esses dados. Deve ser destacado que 41% dos “primeiros membros” do PSD pertenciam ao DEM, partido de oposição explícita ao governo Dilma. O fato de que entre esses partidos de origem somente PDT, PCdoB e PSB (totalizando 10% dos casos) são classificados pela literatura especializada como partidos de esquerda, também é uma característica interessante desse movimento de migração, os demais partidos de origem são de centro ou direita. Tal característica pode colaborar com a hipótese elaborado por MELO (2000) de que as migrações tendem a se concentrar no interior dos campos ideológicos

GRÁFICO 3

Partido de origem dos “primeiros membros” do PSD

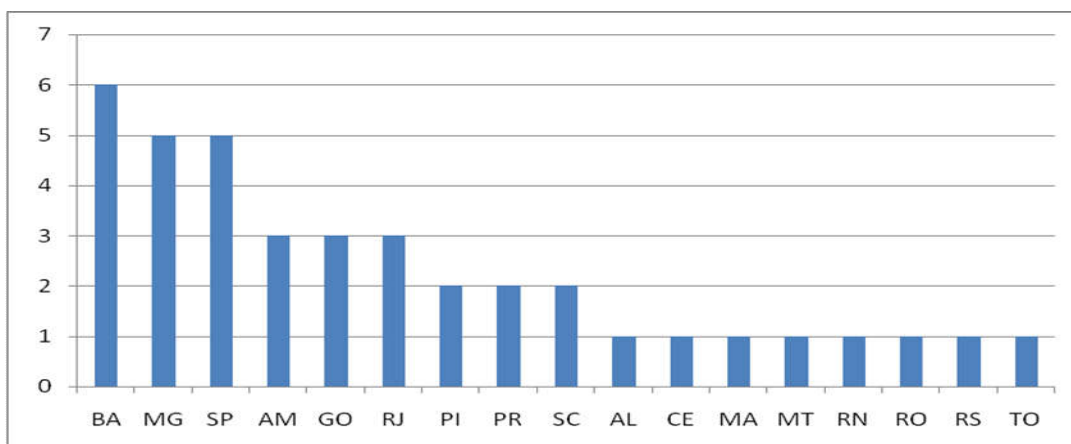


Fonte: Elaboração própria. A partir de dados extraídos do portal da Câmara dos Deputados.

Os políticos que estão inseridos neste grupo de “primeiros membros” do PSD são de diferentes estados brasileiros e com presença em todas as regiões do país. Ao observar o gráfico 4 percebemos a presença de 17 estados, o que indica certa capilaridade do PSD desde seus primeiros momentos de existência.

Gráfico 4

Estado de origem dos deputados federais que migraram para o PSD em 2011



Fonte: Elaboração própria. A partir de dados extraídos do site da Câmara dos Deputados.

A tabela 1 ilustra a quantidade de mandatos que os “primeiros membros” do PSD possuíam no ano que fizeram da migração. 38,46% eram novatos na Câmara dos Deputados, 51,28% estavam entre o segundo ou quarto mandato e apenas 10,26%

possuíam cinco ou mais mandatos. O que pode indicar um recrutamento feito pelos líderes do PSD em deputados federais com menos experiência na casa. Quanto ao PSOL, os “primeiros membros” que eu considere nesta análise não eram apenas deputados federais, mas também deputados estaduais (com informações bastante imprecisas em suas respectivas Assembléias legislativas, mas que certamente o aprofundamento seguirá como agenda para próximas pesquisas) e a ex-senadora Heloisa Helena que estava em seu segundo mandato como senadora. Entre os que eram deputados federais somente o Ivan Valente e o Babá possuíam mais de um mandato na época da migração (três mandatos e dois mandatos respectivamente).

TABELA 1

Nº de mandatos dos primeiros membros do PSD

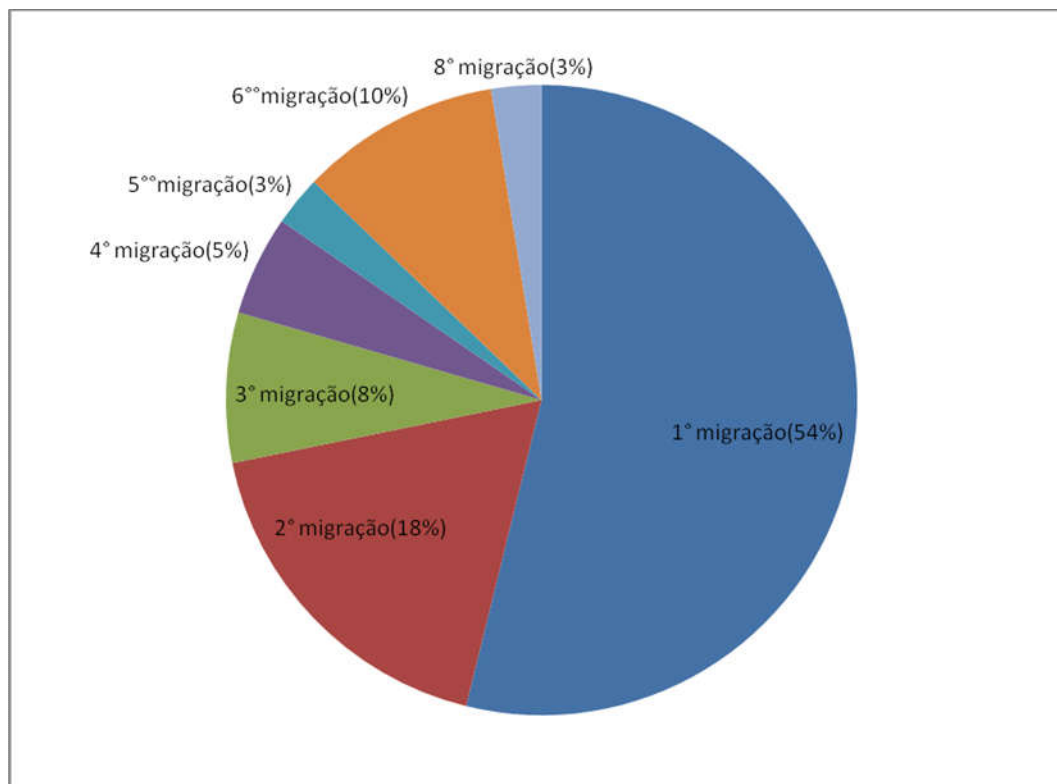
Nº de mandatos	Nº de parlamentares	%
Primeiro mandato	15	38,46%
Segundo mandato	8	20,51%
Terceiro mandato	6	15,38%
Quarto mandato	6	15,38%
Quinto mandato	1	2,56%
Sexto mandato	1	2,56%
Sétimo mandato	1	2,56%
Oitavo mandato	1	2,56%
TOTAL	39	100,00%

Fonte: Elaboração própria. A partir de dados extraídos do site da Câmara dos Deputados.

Outro traço interessante é o número de vezes que esses “primeiros membros” de PSOL e PSD migraram. Entre os “primeiros membros” do PSOL, apenas o Chico Alencar não migrou pela primeira vez (ele já pertenceu ao extinto MDB) todos os demais foram filiados apenas ao PT antes de migrarem para o PSOL. Já no PSD o número de migrações feitas pelos “primeiros membros” varia muito. O gráfico 5 ilustra esses dados. Cabe destacar que 54% migraram pela primeira vez ao entrar para o PSD, o restante se divide entre a segunda e oitava migração. Por tanto, podemos considerar que a maioria desses deputados são fiéis.

Gráfico 5

Número de migrações dos “primeiros membros” do PSD



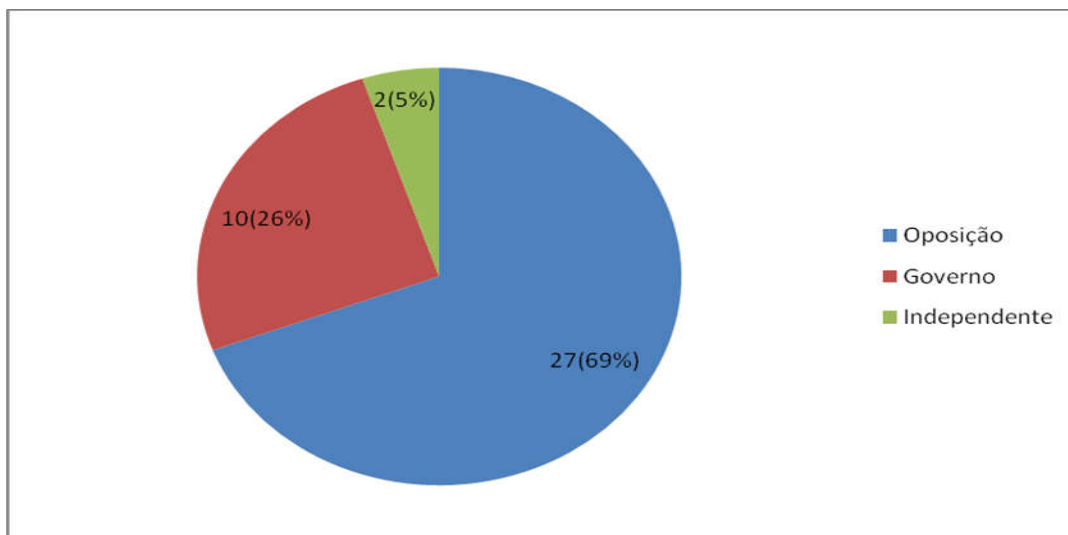
Fonte: Elaboração própria. A partir de dados extraídos do site da Câmara dos Deputados.

O movimento no sentido oposição-governo, e vice-versa, também deve ser considerado, pois se aproximar do governo federal significa se aproximar de recursos. Para os “primeiros membros” do PSOL esse movimento é muito claro, todos pertenciam ao PT que era o partido do Governo Federal e migraram para oposição. Já o PSD com parlamentares oriundos de diversos partidos esse movimento é mais complexo. O gráfico 6 exibe esses resultados para melhor esclarecimento. Assim, 69% dos “primeiros membros” do PSD faziam oposição ao governo Dilma antes da migração, apenas dois parlamentares eram independentes no momento da migração, pois pertenciam ao PP, que só algum tempo depois passou a integrar a coalizão governista.¹⁵

GRAFICO 6

¹⁵ Foi considerado como governo os partidos com membros no gabinete da Presidente Dilma e a oposição foi considerada a partir do banco de dados do CEBRAP.

Proximidade do governo federal dos “primeiros membros do PSD



Fonte: Elaboração própria.

O ultimo ponto relativo à trajetória dos “primeiros membros” que será abordado neste trabalho é em relação aos cargos ocupados por esses políticos na estrutura do partido e na câmara dos deputados, antes e depois da migração. Esse ponto é importante, pois é razoável considerar que cargos podem funcionar como moeda de troca para seduzir políticos a migrarem de partido. No caso do PSOL¹⁶, dos sete deputados federais, todos eram membros dos diretórios do PT, nacionais, regionais e estaduais, em muitos casos pertencendo a dois níveis ao mesmo tempo. Após a migração para o PSOL, apenas Chico Alencar foi membro do diretório nacional e o Ivan Valente se tornou presidente nacional do PSOL, estando à frente do partido até dezembro de 2013. Na Câmara dos Deputados, Ivan Valente, Maninha, Babá e João Alfredo foram vice-líderes do PT. Depois que migraram para o PSOL dos sete deputados federais apenas João Fontes não manteve cargo algum na estrutura da câmara, os demais foram líderes e vice-líderes do PSOL. Temos que considerar o tamanho reduzido da bancada do PSOL, como eles possuem um número bastante reduzido é mais viável que a maioria de quem compõe essa bancada seja líder ou vice-líder alguma vez.

¹⁶ Até o momento só encontrei dados sobre os sete deputados federais. Aprofundarei mais nos outros membros nas próximas pesquisas.

No caso do PSD dos trinta e nove deputados federais treze ocuparam cargos no antigo partido¹⁷ ou na 54ª legislatura entre os anos de 2007-2010 e vinte e seis não ocuparam. As tabelas 2 e 3 demonstram melhor esses dados. É interessante destacar que só 15% dos “primeiros membros” do PSD passaram a ocupar algum cargo na estrutura do partido e 72% não ocupavam cargos nos partidos anteriores e nem passaram a ocupar cargos no PSD, esses dados indicam que para muitos desses 39 deputados analisados a estratégia utilizada para atrair novos membros não foi a oferta de cargos na estrutura partidária. Contudo se olharmos para os cargos dentro da Câmara dos Deputados¹⁸ é possível perceber que 67% passaram a ocupar cargos dentro da Câmara e que apenas 5% possuíam algum cargo na 54ª legislatura e deixaram de possuir. Aqui parece fazer mais sentido a ideia de que cargos possam ter sido utilizados como ferramenta para motivar esses “primeiros membros” a migrar.

TABELA 2

		Ocupou cargo no PSD logo após a migração		TOTAL
		Sim	Não	
Ocupava cargo no partido anterior	Sim	0(0%)	5(13%)	5(13%)
	Não	6(15%)	28(72%)	34(87%)
	TOTAL	6(15%)	33(85%)	39(100%)

Fonte: Elaboração própria. A partir de dados extraídos do site da Câmara dos Deputados.

TABELA 3

Ocupava cargo na câmara na legislatura 2007-2010		Ocupou cargo na câmara logo após a migração para o PSD		TOTAL
		Sim	Não	
	Sim	11(28%)	2(5%)	13(33%)
	Não	15(38%)	11(28%)	26(67%)
	TOTAL	26(67%)	13(33%)	39(100%)

Fonte: Elaboração própria. A partir de dados extraídos do site da Câmara dos Deputados.

¹⁷ Foi considerado somente o partido que o parla

mentar dói filiado anteriormente ao PSD.

¹⁸ Foram considerados cargos como: Membro da mesa diretora, presidente da comissão permanente, líder de bancada e vice-líder de bancada.

DESEMPENHO ELEITORAL

Outra comparação interessante de ser feita corresponde ao desempenho eleitoral destes dois partidos, a partir de dados extraídos do TSE. Uma hipótese que pode ser levantada é que quanto mais próximo do Governo Federal, consecutivamente dos recursos e do reconhecimento pelas benfeitorias do governo, a tendência é que o sucesso eleitoral seja maior. Representando assim, mais um motivo para migrar na direção da base governista. Ao comparar os resultados das eleições que PSOL e PSD participaram fica claro como o PSD foi capaz de eleger mais candidatos do que o PSOL, contudo outros fatores, como a forma de financiamento de campanha, devem ser levados em consideração além do fato de fazerem oposição ou integrarem a base do governo. As tabelas seguintes mostram os dados eleitorais nas eleições gerais de 2006, 2010, 2014 e das eleições municipais de 2008 e 2012, para o caso do PSOL que foi criado em 2005. Já o PSD, como conseguiu seu registro junto ao TSE apenas em 2011, as eleições aqui analisadas são as eleições municipais de 2012 e as eleições gerais de 2014.

TABELA 4

Desempenho do PSOL nas eleições gerais (2006, 2010 e 2014)

	2006				2010			
	Candidatos	Votos nominais	Votos de legenda	Eleitos	Candidatos	Votos nominais	Votos de legenda	Eleitos
Deputado estadual	287	501.138	318.340	2	441	836.491	203.662	4
Deputado distrital	20	10.059	5.123	0	21	19.466	5.973	0
Deputado federal	190	830.835	318.784	3	259	969.954	174.262	3
Senador	17	351.527	-	0	21	3.041.854	-	1
Governador	24	1.298.590	-	0	23	776.601	-	0
Presidente	1	6.575.393	-	0	1	886.816	-	0
Total	539	9.567.542	642.247	5	766	6.531.182	383.897	8
	2014 ¹⁹							
	Candidatos	Votos nominais	Votos de legenda	Eleitos				
Deputado estadual	617	1.481.205	-	12				
Deputado distrital	37	21.820	-	0				
Deputado federal	386	1.486.393	-	5				
Senador	19	1.045.275	-	0				
Governador	26	1.764.632	-	0				
Presidente	1	1.612.186	-	0				
Total	1086	7.411.511	-	17				

Fonte: Elaboração própria. A partir de dados extraídos do TSE.

¹⁹ Informações sobre o voto de nas eleições de 2014 não foram disponibilizados pelo TSE.

TABELA 5**Desempenho do PSOL nas eleições municipais (2008 e 2012)**

	2008				2012			
	Candidatos	Votos nominais	Votos de legenda	Eleitos	Candidatos	Votos nominais	Votos de legenda	Eleitos
Vereador	2.433	465.379	163.295	25	3.980	820.272	295.260	49
Prefeito	280	795.275	-	0	348	2.388.701	-	3
Total	2.713	1.260.654	163.295	25	4.328	3.208.973	295.260	52

Fonte: Elaboração própria. A partir de dados extraídos do TSE.

TABELA 6**Desempenho do PSD nas eleições gerais 2014.**

	2014²⁰			
	Candidatos	Votos nominais	Votos de legenda	Eleitos
Deputado estadual	400	5.735.242	-	73
Deputado distrital	47	35.178	-	0
Deputado federal	161	5.637.961	-	36
Senador	8	7.147.245	-	2
Governador	4	2.584.868	-	1
Presidente	0	-	-	0
Total	620	21.140.494	-	112

Fonte: Elaboração própria. A partir de dados extraídos do TSE.

²⁰ Informações sobre o voto de legenda nas eleições de 2014 não foram disponibilizados pelo TSE.

TABELA 7

Desempenho do PSD nas eleições municipais de 2012

	2012			
	Candidatos	Votos nominais	Votos de legenda	Eleitos
Vereador	21.681	5.771.205	375.109	4.664
Prefeito	1.092	5.931.221	-	496
Total	22.773	11.702.426	375.108	5.160

Fonte: Elaboração própria. A partir de dados extraídos do TSE.

Observando essas tabelas fica claro como o PSD consegue eleger mais políticos em todos os níveis da federação e em todos os cargos, com exceção da disputa presidencial que o PSOL já teve candidatos, mas nunca elegeu e o PSD nunca teve candidatos. É interessante notar que a cada eleição o PSOL lança mais candidatos e consegue eleger mais candidatos, mesmo que seu desempenho ainda seja pequeno ele vem melhorando a cada novo pleito. O PSD em sua primeira eleição (eleição municipal de 2012, um ano após sua criação), já apresenta um resultado bem mais expressivo que os resultados que o PSOL apresentou em todas as eleições municipais que participou. Considerando os candidatos e eleitos para as prefeituras e para as câmaras municipais o PSOL em 2008 elegeu 25 dos 2713 candidatos e em 2012 elegeu 53 dos 4328 candidatos, enquanto o PSD em sua primeira eleição elegeu 5160 dos 22773 candidatos.

O fato do PSD receber doações de empresas para suas campanhas e o PSOL não aceitar esse tipo de recurso, pode ser a explicação para essa disparidade nos desempenhos, assim como a diferença nos valores referentes ao fundo partidário. Segundo o TSE em 2014 o diretório nacional do PSD arrecadou R\$ 55.736.308,58 enquanto o diretório nacional do PSOL arrecadou R\$ 312.498,38. Nas próximas eleições municipais de 2016, com a Reforma Eleitoral de 2015, a proibição do financiamento das campanhas dos candidatos por empresas e com a redução e fixação dos limites de gastos, pode apresentar um quadro diferente de desempenho, logo os dados referentes as eleições municipais de 2016 serão considerados em análises posteriores. Se considerarmos a hipótese de que muito dinheiro elege muitos candidatos, essa disparidade no sucesso eleitoral tende a diminuir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho é possível perceber uma série de diferenças entre PSOL e PSD, diferenças que se iniciam até mesmo antes da criação do partido e se desdobram até o resultado das últimas eleições. Nesta última seção, destacarei essas diferenças e levantarei algumas questões que este estudo exploratório sugere para pesquisas futuras.

A primeira diferença ocorre antes dos partidos serem criados. Alguns dos primeiros membros do PSOL foram expulsos de seu antigo partido e por não haver nenhuma legenda que se posicione à esquerda do espectro político, decidiram criar uma nova legenda, que tivesse como finalidade atuar como oposição, mas uma oposição de esquerda, ao contrário da atuação de muitos partidos que se opunham ao governo Lula e posteriormente ao governo Dilma, que faziam uma oposição de direita.

O PSD teve seu início diferente, enquanto cumpria as exigências da Justiça Eleitoral para registrar o partido surgiram algumas notícias de problemas na captação e preenchimento de fichas de apoio à criação do partido. Segundo matéria que veiculou no jornal Folha de São Paulo no dia 15/06/2011 “quatro eleitores falecidos assinaram apoio ao PSD”²¹. Ainda segundo o jornal Folha de São Paulo, outra notícia no dia 16/06/2011 afirmava que a estrutura da prefeitura de São Paulo foi utilizada para coletar as assinaturas de apoio ao PSD²². Além de problemas relacionados à coleta de assinaturas o PSD também foi alvo de outros partidos, sobretudo o DEM, que perdeu parte significativa da bancada migrando para o PSD. Também em reportagem da Folha de São Paulo do dia 15/02/2011²³, o partido DEM fez uma contraproposta para negociar a saída de Kassab da sigla, de forma que junto com ele não saísse muitos outros políticos. Uma questão que deve ser levantada é até que ponto essas barreiras para criação do PSD, foram levantadas por partidos que seriam prejudicados com as migrações na direção do PSD?

²¹ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2011/06/930593-lista-de-apoio-para-criar-psd-em-sc-tem-assinatura-de-mortos.shtml>. Acessado em: 16/06/2016.

²² Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2011/06/930700-prefeitura-e-usada-para-criar-sigla-de-kassab.shtml>. Acessado em: 16/06/2016.

²³ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2011/02/876208-dem-faz-contraproposta-para-segurar-kassab-na-sigla.shtml>. Acessado em: 16/06/2016

Outra diferença que devemos destacar é quanto ao tamanho dos partidos, ao longo dessa análise fica claro como o PSD já nasce grande e o PSOL ainda luta com muita dificuldade para aumentar sua bancada na Câmara dos Deputados (PSOL conta atualmente com apenas seis deputados federais em exercício, ao passo que o PSD conta com 35 deputados em exercício). Além do tamanho da bancada na Câmara dos Deputados, o número de filiados e a quantidade de diretórios e comissões provisórias que estes partidos possuem também podem ser utilizados como indicadores para mensurar seu tamanho, contudo essa análise ocorrerá em trabalhos futuros, possibilitando assim maior compreensão sobre o tamanho e a capilaridade em território nacional destes partidos.

Após observar os dados sobre o perfil e a trajetória dos “primeiros membros” é possível perceber que o perfil típico destes parlamentares do recém criado PSD em 2011 se configura da seguinte maneira: homens, com a média de idade de 59 anos, 2,5 mandatos em média, com um número médio de migrações de aproximadamente 2,28 e a maioria não ocupava cargo na estrutura do antigo partido, mas ocupava cargos de destaque na estrutura da Câmara dos Deputados.

Já os “primeiros membros” do PSOL apresentavam em 2005 o seguinte perfil: apesar de também ser predominante composto por homens apresentava 33% de mulheres entre os “primeiros membros”, média de idade de 58,4 anos (muito próxima da média do PSD), 0,75 mandatos em média. Entre seus doze primeiros membros, apenas dois não estavam migrando pela primeira vez e desses doze primeiros membros, os sete que eram deputados federais ocupavam algum cargo dentro da estrutura do partido e quatro na Câmara antes de migrarem. Posteriormente a migração apenas dois continuaram a ocupar algum cargo dentro do novo partido e todos os que permaneceram enquanto deputados federais, em algum momento foram líderes ou vice-líderes do partido.

A última diferença a ser destacada leva em conta o desempenho eleitoral destes partidos. As tabelas exibidas anteriormente não deixam dúvidas quanto à capacidade do PSD de eleger um número maior de candidatos do que o PSOL, mesmo quando possuem menos candidaturas o PSD consegue angariar mais votos. Fatores como a forma de financiamento da campanha e o posicionamento no espectro ideológico podem indicar os motivos para tal diferença, o PSOL declaradamente um partido de esquerda certamente

conta com a antipatia de uma parcela da população por esse caráter ideológico, já o PSD que afirma não pertencer a nenhuma ideologia política se esquia desta antipatia. Contudo são questões que carecem de mais aprofundamento e que certamente serão agendas de pesquisas futuras.

Essa pesquisa representa o embrião da minha dissertação de mestrado, que se encontra em desenvolvimento e certamente necessita de um aprofundamento maior para aumentar nossa compreensão sobre esses dois casos antagônicos de criação de partidos e migração partidária. Contudo já podemos perceber como a migração partidária é um traço da política brasileira e mesmo com mudanças na legislação, que tem como objetivo amenizar esse movimento, o que está claro é que esse traço ainda está muito presente e por isso deve ser cada vez mais analisado para que possamos controlar os malefícios que a migração partidária possa trazer para nossa democracia.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABRANCHES, Sérgio. “Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro”. Dados, vol. 31, nº 1, pp. 5-33, 1988.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa, & Pimentel Jr, Jairo. “Os partidos políticos brasileiros realmente não importam?”. Opinião Pública, 17(2), 271-303, 2011.

CARREIRAO, Yan de Souza. O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente. Rev. Bras. Ciênc. Polít., Brasília , n. 14, p. 255-295, ago. 2014

DALTON, R.J.; MACLISTER, I. & WATTENBERG, M. P. “Democracia e identificação partidária nas sociedades industriais avançadas”. Análise Social, vol. XXXVIII, Lisboa, 2003.

DINIZ, Simone. “As migrações partidárias e o calendário eleitoral”. Rev. Sociol. Polit., Curitiba , n. 15, Nov. 2000.

FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando. “Partidos Políticos na Câmara dos Deputados: 1989 – 1994”. Dados, vol. 38, nº3, 1995a

FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando. “Presidencialismo e apoio partidário no Congresso”. Monitor Público, nº8, 1996^a.

FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando. “Bases Institucionais do Presidencialismo de Coalizão”. Lua Nova, nº44, 1998.

FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando. “Incentivos eleitorais, partidos e política orçamentária”. Dados - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, 2002.

MAINWARING, Scott. “Repensando os sistemas partidários na terceira ondata democracia: o caso do Brasil”. Rio de Janeiro/Porto Alegre, FGV/Mercado Aberto, 2001.

MANIN, Bernard. “As Metamorfoses do Governo Representativo”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 10, nº 29. São Paulo, 1995.

MELO, Carlos Ranulfo Felix de. “Partidos e migração partidária na câmara dos deputados”. Dados, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, 2000

MELO, Carlos Ranulfo Felix de. "Nem tanto ao mar, nem tanto a terra: elementos para uma análise do sistema partidário brasileiro", in Melo e Alcântara, A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2007.

SARTORI, Giovanni. Partidos e sistemas partidários. Brasília, Ed. UNB, 1982.